

No jantar para os credores, a proposta de nova negociação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Brasil inicia, nesta semana, os contatos com os bancos visando à renegociação plurianual da dívida externa vencida e a vencer de 1985 a 1990. Esse assunto será levado aos credores nos encontros paralelos à reunião do grupo dos 24 do FMI, esta semana, em Washington, e na quinta-feira, dia 10, durante um jantar que o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, oferecerão aos presidentes de sete bancos do comitê de assessoramento da renegociação da dívida externa brasileira, em Nova York.



Bracher disse, na sexta-feira, que as autoridades nacionais vão continuar "martelando" as principais reivindicações dos países devedores: uma política econômica dos ricos que não leve à depreciação dos preços das matérias-primas exportadas pelo terceiro mundo (no qual se inclui o Brasil), a redução das taxas de juros internacionais, fim do protecionismo, a aceitação, por parte dos credores, de um plano de longo prazo para a amortização da dívida e, especialmente, a volta dos empréstimos voluntários dos bancos, suspensos desde 1982.

CONTRAPARTIDA

O Brasil vai levar aos banqueiros dados que servem de contrapartida a estas exigências, tais como a estabilização de sua economia pela redução brusca da inflação e a reforma monetária, a demonstração de que o País é um dos poucos do Terceiro Mundo que está honrando seus débitos, e ainda mais: o Brasil se compromete a não contribuir nem ingressar em algum cartel de credores, apesar de continuar privilegiando foros de discussão dos problemas globais da dívida externa, como o Consenso de

Cartagena, que reúne 11 nações latino-americanas.

Na quinta-feira, Bracher e Funaro, que viajam neste final de semana para Washington, terão a oportunidade de explicar tudo isso num jantar que oferecerão a sete representantes de grandes bancos do comitê de assessoramento. São eles: Citicorp, Chase Manhattan, Bank of America, Manufacturers Hanover, Chemical Bank, Banders Trust e Morgan Guaranty. Esse contato será o prosseguimento das conversas que Bracher e o ministro do Planejamento, João Sayad, mantiveram recentemente em San José da Costa Rica, por ocasião da 27ª Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), quando compareceram, como de costume, mais de 300 banqueiros, para ouvir explicações sobre o plano cruzado.

O Brasil, que ocupa uma posição de vanguarda no Terceiro Mundo, pretende fazer entender aos credores que os pobres têm condições de organizar sua economia, desde que possam contar com a contribuição dos ricos, como disse recentemente um alto funcionário do Banco Central: os países desenvolvidos são parceiros comerciais daqueles em processo de desenvolvimento, e o que de mal acontecer de um lado afeta o outro, inevitavelmente.

É por isso que interessa ao Brasil algum esquema de capitalização dos juros, pelo qual parte desse serviço da dívida externa é incorporado ao principal, porém não pretende promover isso unilateralmente nem seguir o exemplo do Peru, que contingenciou o pagamento de seus débitos ao equivalente a 10% de suas exportações. A capitalização dos juros, que chegou a ser estudada pela Comissão do Programa de Ação do Governo (Copag), nomeada pelo falecido presidente Tancredo Neves, no momento não integra a estratégia do Banco Central e do Ministério da Fazenda, nas suas negociações com os credores, até porque a legislação bancária dos EUA e da Europa não permite esse sistema.